

Maioria de imóveis não possui registro legal

Deste total 52,4% estão em áreas residenciais, 36,7% em áreas mistas e 10,9% em locais sem condições de moradia

DA REDAÇÃO
redacao@destakjornal.com.br

Estudo realizado pelo Grupo de Governança de Terras do Instituto de Economia (IE), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), encomendado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), aponta que 68% dos imóveis da Região Metropolitana de Campinas não estão registrados em cartório e portanto, oficialmente, não possuem documentação legal de comprovação de propriedade.

Segundo os dados, 22,86% destes domicílios estão em situação informal e 44,63% em condição de semiformalidade.

Ou seja, apenas 32,66% dos imóveis da região possuem a documentação totalmente regularizada em cartório.

Mapeamento por áreas

O mapeamento da região metropolitana constatou ainda que 52,4% dos domicílios com problemas de documentação estão situados em zonas residenciais, 36,7% em áreas mistas e 10,9% em locais inadequados para moradia.

Outro ponto importante da pesquisa está na constatação do desnivelamento das leis de zoneamento urbano e planos diretores



Áreas centrais da região metropolitana também têm falta de documentação

entre as cidades abrangidas, fruto de legislações equivocadas, improvisadas e muitas vezes sem nenhum critério técnico.

Poucos registros

Consequência de vários fatores, como a precariedade das moradias, o alto custo para regularização, o desconhecimento e a buro-

cracia, esta realidade não é exclusividade da região, refletindo a situação da grande maioria dos municípios brasileiros.

O fato de apenas um terço das moradias da região apresentar situação formal regularizada com escritura em Cartório de Registro de Imóveis resulta de fatores como, impossibilidade de identifi-

cação do dono anterior do imóvel, irregularidade do domicílio (cortiço, favela etc.), alto custo para registro ou desconhecimento da necessidade de registrar a propriedade.

Segundo a pesquisa, a falta de escritura do imóvel não é uma questão que afeta apenas as periferias. Nas regiões mais centrais e bairros estruturados o problema também existe.

Meta da prefeitura é regularizar 20 mil imóveis até o final do atual governo, em dezembro de 2020

Regularizações

A prefeitura de Campinas informou que planeja entregar, até o final do ano, seis mil títulos de posse para famílias que vivem em núcleos residenciais do município. A meta, até o final do atual governo, é de atingir 20 mil títulos distribuídos.

Segundo a Secretaria Municipal de Habitação, um quarto da população da cidade vive em moradias irregulares. De 2013 a 2017, a prefeitura contabilizou a entrega de cerca de quatro mil títulos de posse, abrangendo uma área de aproximadamente 1,2 milhão de metros quadrados. Em abril deste ano, a prefeitura e o governo do estado de São Paulo firmaram um convênio, dentro do Programa Cidade Legal, que deverá atender mais de 20 mil pessoas, sob o custo de R\$ 1,2 milhão.